



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS**

**DESPACHO**

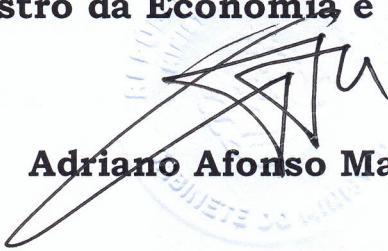
Havendo a necessidade de delegar as competências previstas nas alíneas d), j) e k) do artigo 9 do Decreto n.º 80/2018, de 21 de Dezembro, nos termos do artigo 42 da Lei n.º 14/2011, de 10 de Agosto, que regula a formação da vontade da administração pública, determino:

1. São delegadas no Director Nacional de Planificação e Orçamento as competências previstas nas alíneas d), j) e k) do n.º 1 do artigo 9 e no n.º 2 do mesmo artigo do Decreto n.º 80/2018, de 21 de Dezembro, nomeadamente para autorizar:
  - a) A inscrição de novas actividades e projectos, sob proposta devidamente fundamentada e mediante a apresentação do Contrato ou Acordo de financiamento respectivo;
  - b) A inscrição da receita e da correspondente despesa, em caso de ocorrência de recursos adicionais e/ou extraordinários, resultantes de saldos transitados de exercícios findos, de donativos e de créditos;
  - c) A inscrição da receita e da correspondente despesa, em caso de ocorrência de excessos de arrecadação de receita própria e consignada e de saldos financeiros transitados de exercícios anteriores;
  - d) A alteração do limite da rubrica de Remunerações Extraordinárias, mediante pedido devidamente fundamentado pelo dirigente do órgão requerente;
  - e) A atribuição de limites nas rubricas a seguir indicadas por não serem objecto de planificação detalhada:
    - i) Retroactivos salariais do exercício corrente para o pessoal civil;
    - ii) Retroactivos salariais do exercício corrente para o pessoal militar;
    - iii) Retroactivos salariais de exercícios anteriores para o pessoal civil;
    - iv) Retroactivos salariais de exercícios anteriores para o pessoal militar;
    - v) Remunerações Extraordinárias de exercícios anteriores para o pessoal civil.

2. As competências ora delegadas não são susceptíveis de subdelegação.
3. A presente delegação de competências pode ser avocada ou revogada sempre que circunstâncias supervenientes o justifiquem.
4. O presente despacho entra em vigor a 1 de Janeiro de 2019.

Maputo, 26 de Dezembro de 2018

**O Ministro da Economia e Finanças**



**Adriano Afonso Maleiane**